



I SEMINÁRIO REGIONAL SUL

DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MAIO
12, 13 E 14 | 2021
ONLINE

“É AS GURIA?” CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO DAS MULHERES NO TRABALHO PEDAGÓGICO DO INSTITUTO FEDERAL RIO GRANDE DO SUL (IFRS)¹

Luisa Palma Menezes²

Universidade Federal de Santa Maria – (UFSM)
luisa.integrar@gmail.com

Mirian Vargas de Alvarenga³

Universidade Federal de Santa Maria – (UFSM)
mirian_alvarenga@hotmail.com

Liliana Soares Ferreira⁴

Universidade Federal de Santa Maria – (UFSM)
analilferreira@gmail.com

Eixo temático:Eixo 2 - Sociedade, ciência, cultura e tecnologia em EPT

Resumo:Este artigo sistematiza a compreensão sobre as relações de gênero e a educação através de análise histórica embasada em estudo de artigos selecionados e em pesquisa bibliográfica sobre o contexto da mulher na educação dos séculos XIX, XX e início do século XXI. Assim, com base no estudo, objetiva compreender o cenário atual da inserção feminina no Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS). A quantidade de mulheres no século XXI no Ensino Profissional e Tecnológico e no Ensino Superior ainda é menor que a quantidade de professores homens, o que foi comprovado através dos dados analisados do IFRS, correspondentes a 2019, como campo empírico de análise. Ainda, descreve-se a compreensão sobre os imaginários sociais atribuídos às mulheres e que reverberam atualmente, o que corrobora para a sua menor frequência nestes cargos e as dificuldades que enfrentam em seu trabalho pedagógico dentro deles.

¹ Texto escrito com base em projeto desenvolvido com financiamento Fapergs, pelo Edital 05/2019, n. 41507.540.19616.28062019, com a participação do Dr. Vicente Cabrera Calheiros.

²Acadêmica do Curso de Pedagogia (Diurno) da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS/UFSM do Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas no projeto "Implementação e Historicidade das Políticas Públicas e do Trabalho Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Sul".

³Acadêmica do Curso de Pedagogia (Diurno) da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS/UFSM do Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas no projeto "Implementação e Historicidade das Políticas Públicas e do Trabalho Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Sul".

⁴Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

Realização:



Apoio:





Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Trabalho pedagógico; Políticas educacionais.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho das mulheres na educação, ao longo da História, é descrito como ora vocacionado ou missionado, demarcando um lugar social para essas profissionais; ora como uma inserção em uma profissão dada as características femininas, em especial, aquelas próprias da maternagem. Refletindo sobre esses aspectos, cabe perguntar: como aconteceu, então, a inserção de mulheres no trabalho pedagógico que, se entende, é o trabalho dos professores, na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, no Instituto Federal Rio Grande do Sul- IFRS?

A problematização exigiu pesquisar em busca de dados para, com eles, elaborar possíveis respostas. Para tanto, realizou-se estudo, com base em pesquisa bibliográfica e análise documental. Nesse processo, foi necessário refletir sobre a feminização do magistério, sobre o lugar social da mulher na profissão e sobre as condições e historicidade da EPT e dos institutos federais.

Tanto a produção quanto a análise dos dados aconteceu tendo por referência a Análise dos Movimentos de Sentidos, fundamento teórico e metodológico descrito pelo grupo de pesquisa no qual se trabalha⁵. O objetivo desse apporte teórico-metodológico é:

[...] como a própria designação evidência, estudar os sentidos em suas variações, incidências, repetições, faltas e exageros, etc, ou seja, em seus movimentos. Metodologicamente, caracteriza-se como um estudo de linguagem, realizado com base em organização, reorganização, comparação, cotejamento e sistematização dos discursos. (FERREIRA; BRAIDO; DE TONI, 2020, p. 150)

A análise em si, portanto, implica: “[...] interpretação, análise, compreensão, objetivando adentrar nos discursos, evidenciando sentidos que se confirmarão ou não, quando cotejados com outros” (FERREIRA; BRAIDO; DE TONI, 2020, p. 150). Por ser um estudo

⁵Kairós - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas (UFSM)

na linguagem e da linguagem exige recorrentes leituras, além de sistemática organização de instrumentos de análise, como por exemplo: “[...] tabelas, sínteses, esquemas, desenhos, quadros etc. Nestes instrumentos, vai-se compondo uma leitura aprofundada, na qual os sentidos se evidenciam como resultados da análise” (FERREIRA; BRAIDO; DE TONI, 2020, p. 150). Após essas etapas, acontecem a sistematização e significação dos dados, constituindo-se “[...] momento de se escrever sobre as sínteses, ou seja, elaborar a argumentação que, ao fim e ao cabo, é um outro sentido sobre o lido” (FERREIRA; BRAIDO; DE TONI, 2020, p. 150.). Por se tratar de um estudo sistemático, evidencia rigor e exige atenção às questões que deram origem à pesquisa, permitindo, ao mesmo tempo, que os pesquisadores sejam criativos em todo o processo. Do mesmo modo, a análise documental da plataforma oficial do Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS) auxiliou na pesquisa e na produção de dados, para, após, sistematizá-los com a revisão bibliográfica sobre a historicidade da mulher na educação e na docência do Brasil.

Cabe destacar que, como o tema central do estudo diz respeito ao trabalho pedagógico das mulheres, aplicou-se, no título, a expressão “É as gurias!?!”, muito conhecida no âmbito da cultura gaúcha, por ser originária de um programa de rádio, divulgado pela Atlântida RS, subsidiária da Rede Globo, denominado “Pretinho Básico”. O sentido atribuído a essa expressão, durante o texto, diz respeito a pôr em relevo o lugar social e cultural da guria expressão do vocabulário gaúcho para descrever a mulher no trabalho como professora.

Assim, após a produção de dados resultante do estudo de obras relativas ao tema e das políticas educacionais, em especial, as relacionadas ao trabalho pedagógico no IFRS, e da análise dos sentidos nesses materiais, passou-se à elaboração dos argumentos que compõem esse texto, organizados em seções intercomplementares: um histórico da feminização do trabalho pedagógico e, nesta, a descrição de como se comprehende o conceito de trabalho pedagógico; a análise dos dados da pesquisa e, considerações finais, apresentando os “achados de pesquisa”.

2 ELEMENTOS HISTÓRICOS INTRODUTÓRIOS SOBRE A INSERÇÃO DA MULHER NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Realização:



Apoio:



MAIO
12, 13 E 14 | **2021**
ONLINE



Para encaminhamento da discussão ora proposta, inicia-se por descrever aspectos relativos à historicidade da feminização no trabalho dos professores, nesta perspectiva, são diferenciados os processos de feminização e femilização.

Tambara (1998) argumenta que um dos primeiros vieses sexistas, evidenciado na educação do RS no século XIX, foram as classes separadas para meninos e meninas, nas quais o ensino dos conteúdos se dava de modo distinto. Neste caso particular, os rapazes recebiam maior estímulo e incentivo para frequentarem a escola, enquanto as moças ficavam em casa, aprendendo tarefas vinculadas ao bom cuidado do lar. Por consequência, a criação de uma base curricular também diferenciada por gênero reafirmava o viés sexista da sociedade, na tendência de solidificar um processo de divisão social do trabalho, no qual aos homens eram atribuídas atividades públicas e para as mulheres atividades privadas (TAMBARA, 1998). A partir daquele século se inicia o processo de feminilização (aumento da quantidade de mulheres numa determinada área) e feminização (consequência da feminilização, ou seja, pelo aumento da quantidade de mulheres na área e esta passa a ter características femininas) no magistério do Rio Grande do Sul (TAMBARA, 1998).

Por sua vez, Louro (2004), ao narrar a historicidade da profissão dos professores, explica que as jovens normalistas seguiam o magistério por necessidade ou por idealização de maior desenvolvimento intelectual, mas abandonavam por questões sociais que as tensionavam a realizar sua “verdadeira missão”: o casamento e a maternidade. O trabalho fora de casa era permitido apenas para viúvas ou senhoras que ficassem sozinhas (“solteironas”). Desta forma, se dá o início da vinculação da mulher como vocacionada para lecionar, como a que possui, por sua natureza intrínseca, o dom de ensinar aprendido na relação com o trabalho doméstico, no qual ela ensina seus filhos e, se é capaz de ensinar os filhos, é também capaz de ensinar outras crianças (LOURO, 2004).

O trabalho doméstico é definido como um trabalho improdutivo, no qual não possui um valor de troca para se tornar socialmente reconhecido e não gera mais valor (TAMBARA, 1998). No momento em que lecionar passa a ser relacionado com esse modo de trabalho, a desvalorização aumenta, assim como o preconceito, o sexism e o machismo. No caso específico do trabalho como professor - homem -, foi reforçada a ideia de que este optava pelo magistério em função de não ter conseguido outro emprego mais digno (TAMBARA, 1998).

Realização:



Apoio:



MAIO
12, 13 E 14 | **2021**
ONLINE



O destaque à vocação das mulheres para o trabalho com a educação ocorre no momento em que lecionar torna-se uma extensão do trabalho doméstico. Ou seja, entende-se ser esta uma construção social, visto não ter sido, historicamente, sempre assim. Neste sentido, com base nos estudos de Tambara (1998), cabe pontuar que o analfabetismo entre as mulheres - até mesmo entre as que pertenciam às classes privilegiadas - era alto. Assim, a percepção da mulher se pautava pela inferioridade intelectual (assim como em outros aspectos) em relação aos homens e, ao passo que o processo de feminilização da docência ocorre, surgem ideias e argumentos a fim de contrapor aquela percepção. Tito Lívio de Castro (médico do século XIX e darwinista social), por exemplo, entendia as mulheres como um perigo e um mal para o desenvolvimento do futuro do país (ALMEIDA, 2007, p. 3).

Teorias como estas não foram fortes o suficiente para impedir a feminilização do magistério sul-rio-grandense, com o desenvolvimento de aulas para mulheres paulatinamente sendo instaladas e, após, as aulas mistas surgirem, a participação da mulher no magistério aumentou consideravelmente, pois eram elas normalmente as que exerciam a atividade docente (TAMBARA, 1998). A representação da docência no magistério serviu também para a não subversão da função feminina, discurso que, por anos, justificou a saída dos homens das salas de aulas. Em decorrência, junto à luta das mulheres, a aula se tornou um espaço e um tempo oportunos e oferecidos às mulheres pelos próprios homens por conta do processo de industrialização, êxodo rural e a urbanização que, de acordo com Tambara (1998), ofertaram novas oportunidades de empregos com melhores salários para o sexo masculino. Cabe destacar que se discorda de ter sido mera doação, pois exigiu empenho e lutas das mulheres para acessar esses locais de trabalho, além de provar que podiam fazê-lo.

No decorrer deste processo, evidencia-se um movimento que veio a conferir à carreira docente, um caráter social inferior, justificado pela inserção das mulheres. Paulatinamente, por meio da criação das Escolas Normais no RS, iniciou a profissionalização do magistério, vindo a se configurar como um espaço de inserção das mulheres no trabalho, em consequência do imaginário social que as vinculava ao “dom” de ensinar. Ao mesmo tempo, produziu um afastamento dos homens deste ramo profissional, assim como o fortalecimento da crença que a professora deveria ser doce, submissa e paciente.

Realização:



Apoio:





MAIO
12, 13 E 14 | **2021**
ONLINE

Estas compreensões de como as mulheres se inseriram na profissão naquela época, exposta acima, se aproxima dos estudos de Louro (2004, p. 250), quando a autora pontua que tudo “[...] foi muito conveniente para que se constituísse a imagem das professoras como “trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras”. Prossegue suas considerações, pontuando que, assim, se daria uma configuração na qual seria mais difícil para elas a realização de melhorias nas questões ligadas ao salário, carreira, condições de trabalho etc.

Neste período, passa a acontecer, mas ainda não nomeada, a dupla jornada de trabalho da mulher, pois o processo de feminilização no magistério aos poucos crescia e, com isso, espraiava-se o imaginário social de que para elas era mais simples conciliar os “deveres do lar” com o trabalho público, porque o último era feito em apenas um turno do dia (TAMBARA, 1998). Com o passar dos anos, a feminização, por consequência da feminilização na docência, cresceu, principalmente no Magistério primário, o que tornou mais sexista o trabalho e desvalorizou cada vez mais a profissão (TAMBARA, 1998).

Com este imaginário social dominante não se tornou difícil para o estado desobrigar-se de proporcionar remuneração condigna para o magistério, que, em termos reais, era visto como uma complementação do orçamento doméstico, ou uma ocupação para quem não tinha o que fazer. (TAMBARA, 1998, p. 43)

Paradoxalmente, mesmo com um forte caráter sexista presente na educação no século XIX, houve um movimento de diminuição das salas de aula segregadas por gênero, assim como as mulheres passaram a ser vistas como qualificadas para a docência (TAMBARA, 1998). Entretanto, mesmo com a conquista de novos espaços, as mulheres ainda eram vistas como dependentes dos homens, reforçando o caráter sexista no sistema educacional.

A partir do século XX se inicia o processo de naturalização da mulher como vocacionada, pois elas estão na docência de várias escolas e, em muitas turmas, por exemplo, na Educação Infantil e na Educação Básica. A partir de 1960, as mulheres reivindicaram seu espaço na história da profissão. Explicita-se, através dos argumentos de Araújo (2016), que a docência feminina no Ensino Superior do Brasil cresceu consideravelmente na década de 1980. O que não era considerado “coisa de mulher” até um século atrás, neste, naturalizou-se.

Realização:



Apoio:



Todavia, ao passo que o grau de escolarização aumentou e conforme aumenta o nível de ensino, a quantidade de mulheres diminui: “[...] Sendo assim, sua presença decai respectivamente do ensino maternal e infantil, no ensino fundamental I, no ensino fundamental II e no ensino médio” (ARAÚJO, 2016).

Nesse século também, ocorreu o debate sobre a dupla jornada de trabalho da mulher, a concorrência entre o trabalho profissional e o ato de ser mãe, e sobre a dificuldade de profissionalização ou ascensão delas na carreira devido às demandas do lar. O movimento feminista se desenvolveu na cultura ocidental a partir do século XX. Desta forma, de acordo com os estudos de Almeida (2016), as mulheres exigiram mudanças relacionadas aos imaginários sociais atribuídos a elas, historicamente, e buscaram a igualdade de direitos nos anos 1960, 1970 e, no campo educacional, principalmente em 1980. É neste último que ocorre um aumento considerável da quantidade de professoras nas Universidades do Brasil, mas ainda em guetos considerados femininos, por exemplo, a educação e as ciências humanas (ARAÚJO, 2016).

Ao passo que o grau de escolarização aumenta, a quantidade de mulheres na docência do Ensino Superior decai. Araújo (2016) reitera ainda que parte disso esteve relacionado ao incentivo às acadêmicas, dentro das universidades, na busca e conquista de espaço em áreas de pesquisa, nas quais as mulheres estão presentes e até em maior quantidade do que os homens em bolsas de Iniciação Científica e Mestrado. Porém, quando os dados são analisados, percebe-se que essa inserção ocorre nos campos já feminizados, e são minoria em bolsas de doutorado e de produtividade. Backes; Thomaz; Silva (2016) afirmam:

O censo da Educação Superior de 2012 (INEP, 2012) mostra que do número total de docentes, em exercício e afastados, das Instituições de Ensino Superior do Brasil somam um total de 378,939. Sendo que 207.342 são do sexo masculino, enquanto as mulheres somam apenas 171.597 nas IES. Mesmo com a inserção das mulheres no ensino superior brasileiro esses dados refletem, do ponto de vista das relações de gênero, como as preferências quanto à escolha das carreiras profissionais foram se construindo ao longo do processo de escolarização dos sujeitos femininos e masculinos. (BACKES; THOMAZ; SILVA, 2016)



SEMINÁRIO REGIONAL SUL

DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MAIO
12, 13 E 14 | 2021
ONLINE

Do ponto de vista das políticas educacionais, o Título VI, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trata da formação de profissionais da educação. É abordada em seus artigos a formação de professores dos diferentes níveis de ensino, desde a Educação Básica ao Ensino Superior. Porém, pelos argumentos de Carvalho e Souza (2014), a falta de políticas públicas voltadas à formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica ocasiona a complexidade em sua oferta.

2.1. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O SURGIMENTO DO INSTITUTO FEDERAL RIO GRANDE DO SUL

Em 2005, o Ministério da Educação (MEC), junto com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), divulgou a primeira Fase do Plano de Expansão da Rede Federal, que tinha como objetivo ampliar em todo o território nacional as instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica. Buscava, também, melhorar a distribuição espacial para, consequentemente, aumentar o acesso da população à EPT no Brasil (BRASIL, 2005). A segunda fase, iniciada em 2007, estabeleceu como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica (FERREIRA, 2020). A Lei nº 11.892, 29/12/2008, instaurou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e criou os Institutos Federais, a partir do artigo 2º, definindo-os como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta da EPT nas diferentes modalidades de ensino com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008). A terceira, e última, fase do projeto começou em 2011 e estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, ainda com o objetivo de superar as desigualdades regionais e facilitar o acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. Em 2006, havia um total de 144 unidades de instituições federais com oferta da EPT. Em 2009, ano de comemoração do centenário da Rede Federal de Educação Tecnológica, o país já contava com mais de 350 *campi*, chegando em 2018, a 659 unidades.

O IFRS foi criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei 11.892, que instituiu, no total, trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país. Conforme

Realização:



Apoio:





MAIO
12, 13 E 14 | **2021**
ONLINE

consta em sua página institucional, possui dezessete campi⁶ e oferta cursos técnicos, de graduação, pós-graduação e de qualificação profissional - além dos cursos na modalidade EaD⁷. No que diz respeito aos cursos presenciais, conforme dados divulgados na Plataforma Nilo Peçanha, consta a seguinte disposição: 1. 52 cursos técnicos; 2. 86 cursos de graduação; 3. 17 cursos de pós-graduação e; 4. 52 cursos de qualificação profissional, totalizando 307 cursos (BRASIL, 2018).

Nesse espaço e tempo que é o IFRS, na próxima seção, são apresentadas considerações sobre como as mulheres se inserem no trabalho pedagógico.

2.2. INSERÇÃO DAS MULHERES NO TRABALHO PEDAGÓGICO DO IFRS

Parte-se do suposto que trabalho pedagógico é o trabalho dos professores (FERREIRA, 2017), e como tal, de modo mais amplo, é assim descrito:

[...] propõe-se que o trabalho dos professores, ao selecionar, organizar, planejar, realizar, avaliar continuamente, acompanhar, produzir conhecimento e estabelecer interações, só possa ser entendido como trabalho pedagógico, imerso em um contexto capitalista, no qual a força de trabalho dos professores é organizada pelas relações de emprego e no qual os sujeitos agem em condições sociais, políticas. Entretanto, ainda que esteja imerso nas relações capitalistas, o trabalho pedagógico, por suas características, apresenta possibilidades de o sujeito trabalhador ir além, projetar-se no seu trabalho de modo a confundir-se e movimentar-se humanamente com ele, uma vez que uma matéria-prima é a linguagem (FERREIRA, 2018, p. 605).

Nessa perspectiva, a inserção das mulheres no trabalho pedagógico configura-se em inserção na produção do conhecimento. Em acordo com mapeamento realizado após busca na página institucional do IFRS, verificou-se que, do conjunto dos campi, 11 possuem uma quantidade maior de homens no corpo docente, sendo uma marca expressivamente superior a

⁶São eles: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre (com dois campus), Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria e Veranópolis.

⁷Maiores informações, acessar: <https://ifrs.edu.br/>. Acesso em 04 fev. 2021.



SEMINÁRIO REGIONAL SUL

DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MAIO
12, 13 E 14 | 2021
ONLINE

de cinco *campi*⁸ nos quais se encontram mais mulheres. Percebe-se também a existência de um *campus* com a mesma quantidade. Um fator fundamental de compreensão desses dados é que, mesmo, por vezes, possuindo maior qualificação, as mulheres parecem ainda necessitar provar que são capazes de atuar em áreas consideradas historicamente “masculinas”. Os dados a seguir apresentam, como resultado do mapeamento feito e da análise deles em relação ao número de professores homens e a quantidade de professoras mulheres por *câmpus* do IFRS no ano de 2019, que os três *campus* com maior quantidade de professoras mulheres são Porto Alegre (84), Bento Gonçalves (60) e Osório (44).

O IFRS tornou-se campo de análise, como amostra, dessa pesquisa, porém não é o único Instituto Federal a apresentar a desigualdade de gênero e afirmação quantitativa de mulheres em campos feminizados da profissão. Cabe salientar que a centralidade da discussão ora proposta recai sobre os professores, entretanto, para os estudantes dos cursos é possível perceber, também, um conjunto de elementos que denotam a existência de campos majoritariamente masculinos, bem como femininos. A Cartilha “Mulher e Educação Profissional: sim, elas podem!” (PEREIRA; ANJOS, 2020) explicita que, no ano de 2018, as mulheres representavam 46,6% do total de matrículas nos cursos de nível médio nos IF's. No decorrer das análises expostas na cartilha, demonstram que esta quantidade baixa para 42,3%, ao se considerar cursos tidos como “masculinizados” como, por exemplo, controle e processos industriais, gestão de negócios, infraestrutura e produção industrial (PEREIRA; ANJOS, 2020). Ao analisarem dados de cursos tidos como “feminizados”, entre eles, design, saúde, turismo, entre outros, a quantidade de mulheres matriculadas aumenta para 65,4% (PEREIRA; ANJOS, 2020). De acordo com os autores, com base nos dados apresentados, “[...] é possível observar que a percepção culturalmente aceita de que determinadas profissões são destinadas aos homens e outras às mulheres tem influência no perfil de ingresso nos cursos técnicos (PERREIRA, ANJOS, 2020, p. 12). Os imaginários sociais historicamente atribuídos aos cursos, assim como, profissões e questões de gênero são evidente entre os estudantes e, também, entre professores, como demonstrado anteriormente.

⁸Campi com quantidade maior de professoras mulheres: Bento Gonçalves, Erechim, Osório, Porto Alegre e Sertão.

Realização:



Apoio:





3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise e significação dos dados desenvolvidos ao longo do projeto e a sistematização deles com os objetivos de compreender o histórico da feminização do trabalho pedagógico, compreendendo este como a categoria do trabalho dos professores e, as atribuições ao papel da mulher na sociedade, as transformações históricas que ocorreram relacionadas a imaginários sociais a elas na educação estão em constante construção e desconstrução, ora elas consideradas as vocacionadas para tal profissão, mesmo com arbitrariedades que não foram suficientes para travar o processo de feminização; ora não, por conta da valorização salarial e social do processo quando o nível de ensino aumenta, como é o caso de educadoras do Ensino Superior e da Educação Profissional e Tecnológica.

O resultado encontrado a partir da produção dos dados possibilita pontuar ser uma reprodução histórica, ou seja, compreende-se que o processo de inserção delas na docência da EPT ocorre gradualmente, em que as mulheres buscam seu espaço dentro da profissão, mas muitas vezes, por legados históricos concedidos a elas dificultam esse processo. É importante reconhecer o avanço da inserção das mulheres na docência do ensino superior, da mesma forma na EPT, porém compreender o processo histórico do sexismo na educação e as continuidades que permanecem, junto a tomadas de decisões e atitudes como a elaboração de grupos de pesquisa nas Universidades e Institutos, por exemplo, o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS), grupo Elas- tecnologia e engenharia, grupo Meninas na ciência e o grupo Libras e Feminismo, todos do IFRS, promovem a socialização e o debate, consequentemente podem contribuir para a mudança dessas desigualdades e preconceitos que dificultam as conquistas nas quais as mulheres buscam e têm a possibilidade de alcançar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. A. Lívio de Castro e um outro olhar sobre a mulher no século XIX. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007. Disponível em www.eeh2010.anpuh-rs.org.br > ANPUH.S24.0768.pdf. Acesso em 04 fev. 2021

ARAÚJO, S. S. Presença de docentes femininas no Ensino Superior no Brasil de 1990 a 2005. XIII Encontro Regional de História. História e Democracia: Possibilidades do saber histórico.

Realização:



Apoio:



Coxim -MS- 8 a 11 nov. 2016. Disponível em http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1479604881_ARQUIVO_Docenciafemininanoensinosuperior.pdf . Acesso em 4 fev. 2021

BACKES, F.V; THOMAZ, R. J; SILVA, F.F, Mulheres Docentes no Ensino Superior: Problematizando questões de gênero na Universidade Federal do Pampa, Cad. Ed. Tec. Soc., Inhumas, v.9, n.2, p. 166-181, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul**, 2005. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/> . Acesso em 04 fev.2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**. Brasília, jan. 2018. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org/>. Acesso em 04 fev. 2021

CARVALHO, F. O.; SOUZA, M. H. F. Formação do docente da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: Um diálogo com as faculdades de educação e o curso de pedagogia. Educ. Soc., Campinas, v. 35, n.º 128, p. 629-996, jul.-set., 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v35n128/0101-7330-es-35-128-00883.pdf>. Acesso em 4 fev. 2021

FERREIRA, Liliana Soares; BRAIDO, L. S; DE TONI, D. L. P. “Pedagogia nas Produções Acadêmicas da Pós-Graduação em Educação no RS: Análise dos Movimentos de Sentidos”. Cocar UEPA, Ed. Esp., n.8. p. 146- 164, jan./abr. 2020.

FERREIRA, Liliana Soares. Educação Profissional e Tecnológica no Rio Grande do Sul. Curitiba: Editora CRV, 2020.

FERREIRA, L. S. **Trabalho pedagógico na escola: sujeitos, tempos e conhecimento**. Curitiba: Editora CRV, 2017

FERREIRA, L. S. Trabalho pedagógico na escola: do que se fala. In: **Educação e Realidade**, vol. 43, n. 2, 2018. pp. 591-608.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In. DEL PRIORI, Mary (Org). História das Mulheres no Brasil. 5 ed. São Paulo: Contexto 2001. p.443-481.

PEREIRA, Niedja de Freitas Pereira; ANJOS, D. F. Cartilha Mulher e Educação Profissional: Sim, elas podem!. João Pessoa, p. 13-14, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574706>. Acesso em 04 fev. 2021

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal e feminilização : magistério sul- rio-grandense de instrução pública no século XIX. História da Educação, v. 2 n. 3 Pelotas (3): pp. 35-57, abr. 1998. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30720>. Acesso em 04 fev. 2021

Realização:



Apoio:





I Seminário Regional Sul de
Educação Profissional e
Tecnológica



I Mostra de Produtos
Educacionais da
Região Sul



II SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SEMINÁRIO REGIONAL SUL

DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

MAIO
12, 13 e 14 | 2021
ONLINE

Realização:



Apoio:

